

14

Políticas educacionais, enfatizando as estratégias para correção do analfabetismo funcional, elencando as deficiências detectadas no contexto do ensino fundamental II

Educational policies, emphasizing strategies for correction of functional illiteracy, electing the deficiencies detected in the context of elementary education II

Telhma de Souza Ribeiro

Professora da Rede Estadual do Município de Coari – Amazonas, Licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Especialista em Tecnologia Educacional pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Mestrado e Doutorado – pela Universidade Del Sol – UNADES – PY

ORCID: 0000.0002.5213,5017

Jacimara Oliveira da Silva Pessoa

*Professora da Educação básica no município de Coari-AM
Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM
Doutorado e Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de San Lorenzo – UNISAL*

ORCID: 0000-0001-9353-2185

<http://lattes.cnpq.br/1004775463373932>

DOI: 10.47573/aya.5379.2.76.14

RESUMO

As políticas educacionais para a erradicação do analfabetismo funcional tema de algumas discussões atualmente, tem se mostrado um grande desafio para o atual momento da educação brasileira. Busca analisar as políticas educacionais enfatizando as estratégias para correção do analfabetismo funcional, elencando as deficiências detectadas no contexto do ensino fundamental II, refletindo as práticas pedagógicas no componente curricular de língua portuguesa na escola estadual Maria Almeida do Nascimento localizada no município de Coari (AM). O estudo foi embasado em referências relativas à políticas educacionais para correção do analfabetismo funcional com destaque para as metas estabelecidas no PNE (13005/2014) para a redução de 50% do analfabetismo funcional. Para isso, optou-se por uma metodologia de caráter quali-quantitativa (mista) concomitantes com análise de documentos e aplicação de questionários. Foram também realizadas visitas in loco, que permitiram a observação direta do cotidiano escolar que possibilitaram realizar a relação da teoria apresentada pelas políticas educacionais – PNE na sala de aula. No resultado evidenciou-se que as políticas educacionais existem, porém não são cumpridas, pois 33,33% afirmam que sim e 66,67% afirmam que não. A maioria dos professores declararam que as leis ditas “perfeitas” existem somente nos papéis, pois o Estado nunca deu condições necessárias para que as leis de políticas educacionais fossem realmente implantadas de fato e de direito.

Palavras-chave: políticas educacionais. analfabetismo funcional. práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Educational policies for the eradication of functional illiteracy, the subject of some discussions today, have been a major challenge for the current moment of Brazilian education. It seeks to analyze the educational policies emphasizing the strategies to correct functional illiteracy, listing the deficiencies detected in the context of elementary school II, reflecting the pedagogical practices in the Portuguese language curriculum at the Maria Almeida do Nascimento state school located in Coari (AM). The study was based on references related to educational policies to correct functional illiteracy with emphasis on the goals established in the PNE (13005/2014) for a 50% reduction in functional illiteracy. For this, we opted for a qualiquanti (mixed) methodology concomitant with document analysis and application of questionnaires. Visits were also carried out in loco, which allowed the direct observation of the school routine that made it possible to realize the relationship of the theory presented by the educational policies - PNE in the classroom. The result showed that educational policies exist, but are not met, as 33.33% say yes and 66.67% say no. Most teachers have stated that the so-called “perfect” laws exist only on paper, as the state has never given the necessary conditions for educational policy laws to be actually and de facto implemented.

Keywords: educational policies. functional illiteracy. pedagogical practices.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais no combate do analfabetismo funcional tem sido um grande desafio a ser solucionado pelo poder público e pelos profissionais da educação, por isso vem sendo pauta de discussões no cenário educacional brasileiro em decorrência dos resultados que

vem apresentando, situação esta que vem gerando grande preocupação por parte dos envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido o Brasil já passou pela experiência de elaboração de vários planos de educação, tanto no nível federal com Planos Setoriais de Educação e Cultura, quanto a nível estadual com os Planos Estaduais de Educação, assim como a nível Municipal de forma menos intensa, contudo essas políticas educacionais ainda não conseguiram erradicar o analfabetismo.

Um dos documento que trata dessas questões é o Plano Nacional de Educação onde está referido no art. 214 da Constituição Federal de 1988, que determina a sua elaboração de acordo com os princípios fundamentais da educação brasileira: I) à erradicação do analfabetismo. Já a sua regulamentação foi determinada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/ 1996, que deixou à cargo da União, em colaboração com os Estados e Municípios, a incumbência de organizar o que posteriormente foi aprovado pela Lei nº 10.172, de 09/01/2001, com vigência decenal.

A lei nº 13.005, de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE- 2014-2024), nela contempla a erradicação do analfabetismo como a primeira diretriz do PNE (art. 2º, inciso I). E possui duas metas para atingir o que pretende esse dispositivo de lei.

A meta 5, que espera “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) do ensino fundamental” e a meta 9, que pretende “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional “.

As políticas educacionais precisam serem refletidas de modo a melhorar a educação do Brasil e assim proporcionar ao cidadão uma educação de qualidade, sabe-se que quando se fala em qualidade nos faz pensar também no trabalho do professor, sua metodologia, a estrutura da escola entre outros fatores que influenciam no ensino de um cidadão.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Considerando-se a educação com base para a formação do indivíduo dentro da sociedade capitalista, é inegável que a visão dada pelo Estado na condução da política educacional pode ser determinante para o avanço de um determinado grupo social, respeitada as limitações de ordem econômica. Também é inegável que os fins aos quais essas mesmas políticas se prestam, podem ser aqueles aos quais, quem está no poder, define como sendo os melhores para “nação”. A sociedade é dinâmica e, por isso a compreensão da função do Estado e das necessidades educacionais também muda ao longo dos anos. As políticas públicas de educação geralmente estão associadas aos momentos históricos de um país e do mundo e à interpretação de poder de cada época.

Entende-se por políticas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar. Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX. Ela se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente

acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais.

Conforme explana Martins, (2010, p. 21), ainda são incipientes os estudos que utilizam metodologias de pesquisas de políticas educacionais que integrem enfoques diversos, permitindo captar o que ocorre efetivamente nas redes de ensino, no espaço escolar e nas interações dos profissionais que neles atuam, bem como a maneira como essas práticas afetam a implementação dos programas de governo.

Sob essa perspectiva metodológica e atendo-se para esta área de conhecimento, considera-se importante analisar as políticas educacionais como estratégias para correção do analfabetismo funcional no Brasil.

O primeiro plano nacional de educação foi elaborado pelo Conselho Federal de Educação somente em 1962, como cumprimento do estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases, de 1961. Na primeira parte do referido plano, o documento procurou traçar as metas para um Plano Nacional de Educação e, numa segunda parte, estabelecer as normas para a aplicação dos recursos correspondentes aos Fundos do Ensino Primário, do Ensino Médio, e do Ensino Superior. (SAVIANI, 1998, p. 78). O segundo Plano Nacional de Educação, foi elaborado em conformidade com a Constituição Federal de 1988, que determina, no artigo 214, que deverá ser estabelecido o “plano nacional de educação, com duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em diversos níveis e à integração das ações do poder público”.

A Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010, em Brasília – DF, constituiu-se num acontecimento ímpar na história das políticas públicas do setor educacional no Brasil. Ela teve como objetivo principal a mobilização social em prol da educação, demanda histórica da sociedade civil organizada, especialmente das entidades representativas do setor educacional. Dentre (os cinco grandes desafios que o Estado e a sociedade brasileira precisariam enfrentar, podemos destacar, o item c) “Garantir que os acordos e consensos produzidos na Conae redundem em políticas públicas de educação, que se consolidarão em diretrizes, estratégias, planos, programas, projetos, ações e proposições pedagógicas e políticas, capazes de fazer avançar a educação brasileira de qualidade social. No item d) Propiciar condições para que as referidas políticas educacionais, concebidas e efetivadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, promovam: o direito do/das profissionais da educação; (FERNANDES, p.13, ano 2010). Dessa Conferência saíram as diretrizes que dariam origem ao Plano Nacional de Educação (PNE) da educação de 2001 a 2011, documento que organiza prioridades e propõe metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes.” Há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais”. (PNE, 2014, p. 9).

O plano nacional de educação e o analfabetismo funcional

Dando sequência às Políticas Públicas no que diz respeito ao Analfabetismo, é importante registrar o que determina sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), o artigo 214 da Constituição Federal de 1988, que cita em seu texto: A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo, II – universalização do atendimento escolar (BRASIL, 1988). O Plano Nacional de Educação

(PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, estados e municípios). Em 5 de outubro de 1988, dispunha o texto constitucional em sua redação original: Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo.

Por estar expressa na Constituição Federal, a meta 9 do PNE 2014- 2024, a qual dispõe sobre a alfabetização das pessoas com 15 anos de idade ou mais, possui um caráter prioritário, o que nos permite considerá-la uma “meta constitucional” e, por conseguinte, dada a prevalência desses ditames, nenhum plano educacional pode prescindir de considerar a erradicação do analfabetismo como diretriz. Não por acaso a Lei nº 13.005/2014 explicita como diretriz do PNE, já no primeiro inciso do segundo artigo, a premência de erradicação do analfabetismo.

Em 1962, em cumprimento ao estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, o Conselho Federal de Educação elaborou um Plano Nacional de Educação, todavia não foi aprovado na forma de lei. Para mais informações sobre a história do PNE, sugere-se consultar o artigo de Paulo Sena Martins, (2014). Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas, agora ao enunciado da meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Analfabetismo

Analfabeto é aquele indivíduo que não possui o discernimento necessário para ler, compreender e escrever um texto, mesmo que seja simples, como por exemplo um bilhete.

Na Seção I do Capítulo III da Constituição Federal de 1988, intitulada “Da Educação no artigo 214”. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam a: I- erradicação do analfabetismo; (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997, p. 109).

Mesmo que seja amparado por lei essa problemática ainda aflige nossos país, principalmente com aqueles menos favorecidos. Analfabetismo é uma palavra utilizada no português corrente para designar a condição daqueles que não sabem ler e escrever; já seu antônimo afirmativo, alfabetismo, mesmo já tendo sido dicionarizado, ainda soa estranho aos falantes do idioma. Comentando essa curiosidade semântica, Magda B. Soares, (1995) observa que o mesmo fato já ocorrera com o termo *literacy*, do inglês, que só passou a ser correntemente utilizado no final do século XIX, mais de dois séculos depois do surgimento do termo *illiteracy*, talvez porque a necessidade de compreender a condição dos que sabem ler e escrever tenha aparecido mais tardiamente na História, quando se tornaram mais complexas e variadas as demandas sociais relacionadas ao uso da linguagem e da escrita.

O saber ler e compreender a escrita são uma necessidade inquestionável na atual sociedade brasileira. Para Foucambert, (1994 *apud* PAINI *et al.*, 2005, p. 224-225), analfabetismo é o desconhecimento das técnicas de utilização da escrita’, como a ‘[...] impossibilidade de compre-

ender ou de produzir uma mensagem escrita simples, que trate de questões concretas ligadas à vida cotidiana: sua origem está na falta de domínio do sistema de correspondência entre grafemas e fonemas'. Esse analfabetismo provém da ausência de alfabetização.

Uma pessoa analfabeta com certeza terá um futuro comprometido, pois não possui capacidade intelectual para conviver em uma sociedade informatizada, cujo conhecimento da leitura e da escrita é de suma importância.

Neste sentido, Azevedo *et al.* (2002, p. 10), entende-se que analfabeto, “[...] não possui conhecimento sobre leitura e escrita, que tem falta absoluta de instrução; e analfabetismo é a situação de ignorância em que o analfabeto se encontra, por não dominar a técnica da leitura e da escrita.”

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, (2018) a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais de idade, 19,3%, e mais que o dobro entre pretos e pardos (9,3%) em relação aos brancos (4,0%). Quatorze das 27 unidades da federação, porém, já conseguiram alcançar a meta do PNE, mas o abismo regional ainda é grande, principalmente no Nordeste, que registrou a maior taxa entre as regiões, 14,5%. As menores foram no Sul e Sudeste, que registraram 3,5% cada. No Centro-Oeste e Norte, os índices ficaram em 5,2% e 8,0%, respectivamente.

Figura 1



Analfabeto funcional

Analfabeto é aquele indivíduo que não possui nenhum domínio de leitura e escrita, porém o analfabeto funcional é aquele que não possui a capacidade para assimilar corretamente aquilo que leu.

O termo analfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos, na década de 1930, e utilizado pelo exército norte-americano durante a segunda Guerra Mundial, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares. (CASTELL, LUKE e MACLENNAN, 1986).

Segundo a Unesco, um analfabeto funcional é aquele que apesar de saber ler e escrever, não consegue compor ou redigir corretamente, por exemplo, uma carta solicitando emprego.

(FLECHA et al.1993) comenta-se que, não por acaso, o conceito de analfabetismo funcional originou-se nos Estados Unidos, onde a vertente não-escolar da educação de adultos, especialmente aquela voltada ao desenvolvimento comunitário, se desenvolveu com muita vitalidade teórica e prática.

A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da UNESCO, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países-membros.

Em 1958, a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) definiu o alfabetismo como a capacidade que uma pessoa tem de ler ou escrever um texto simples relacionado ao seu cotidiano. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional, que está relacionado à capacidade de uma pessoa utilizar a leitura e escrita nas suas tarefas diárias e continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo de sua vida (RIBEIRO *et al.*, 2003).

Uma definição adotada no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aceita pela UNESCO é a de que analfabetos funcionais são pessoas às quais falta domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, correspondentes a uma escolaridade de até três séries completas do ensino fundamental ou antigo primário, ou seja, menos de quatro anos de estudo (IBGE, 2009).

A definição de alfabetização que a UNESCO propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma UNESCO proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. O qualitativo funcional insere a definição do alfabetismo na perspectiva do relativismo sociocultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais. O apelo do termo analfabetismo funcional nos fóruns internacionais pode ser atribuído a essa polissemia de sua definição.

Gomes, (2008, p. 142) ensina que, de acordo com a Organização das Nações Unidas, Ciência e Cultura (UNESCO), a alfabetização só é materializada quando a pessoa conclui a 4^o série do ensino primário, ou seja, quem não conclui esses quatro anos é considerado analfabeto funcional.

Moreira conceitua analfabeto funcional:

O problema do analfabetismo – entendido como a incapacidade absoluta de ler e escrever – costuma esconder um outro, tão ou mais perigoso, exatamente por passar despercebido a muitos. Trata-se daquilo que pode ser chamado de alfabetização funcional imperfeita’ ou, de forma mais radical, “analfabetismo funcional”. De forma simplificada, pode-se dizer que analfabetos funcionais são pessoas completamente analfabetas no sentido tradicional ou pessoas aparentemente alfabetizadas, mas cujo grau de alfabetização é insuficiente para que exerçam funções básicas nas sociedades modernas. Na verdade, o conceito de analfabetismo funcional é relativamente difuso e mesmo desconhecido da maioria das

peessoas. (MOREIRA, 2003, p. 21).

Diante dos conceitos acima citados, entende-se que o analfabetismo funcional, por muitos é desconhecido e, como se vê, está presente na atualidade brasileira.

Conforme o entendimento de Mattos, (2009, p.10):

A sociedade atual tem aumentado constantemente a quantidade e a complexidade de conhecimentos necessários para as pessoas se desenvolverem plenamente em sua vida cotidiana. Não basta saber ler, escrever ou identificar números para que a pessoa se sinta integrada e tenha uma participação ativa na sociedade da compreensão, é necessário saber usar os conhecimentos de ler, escrever e contar nos contextos comuns da vida para resolver e aplicar o conhecimento nas atividades diárias.

Nesse aspecto, também é considerado analfabeto funcional, aquele que, por falta de uso da leitura e escrita, torna-se incapaz de produzir e compreender pequenos textos (GOMES, 2008, p. 142).

Segundo Moreira (2003) estima-se que no Brasil, os analfabetos funcionais somem 70% da população economicamente ativa. Dos estudantes que passam pelas escolas sem dominar a leitura e a escrita existem 15 milhões de analfabetos (e estes dados já estão subestimados), dos quais 10 milhões têm mais de quarenta anos. No mundo todo há entre 800 a 900 milhões de analfabetos funcionais. São pessoas com menos de 4 anos de escolarização. Mas, podem-se encontrar, também, analfabetos funcionais com a formação superior e exercendo funções-chave em empresas e instituições, tanto privadas quanto públicas que não têm as habilidades de leitura compreensiva, escrita e cálculo para fazer frentes às necessidades mais complexas da profissionalização.

De acordo com Paulo Freire, (2005) o analfabetismo funcional ocorre e se reproduz dentro de nossas escolas em todo o país pela má qualidade do ensino público, principalmente. Má qualidade esta, que está relacionada com problemas que vão desde a forma como o sistema escolar está organizado até o conteúdo da formação de nossos professores. (Sem contar com os interesses, muitas das vezes escusos, que estão por de traz das Políticas Educacionais oriundas, no geral, das Políticas Públicas governamentais) que, na maioria das vezes, prestam-se às ideologias dos governos, sem nenhum projeto sério para a educação brasileira. Na maioria das vezes, tais “políticas” pretendem com suas ações ou angariar recursos, ou ter avaliações positivas de fundos educacionais internacionais, nem que seja à custa de maquiagem gráfica, relatórios e dados estatísticos – muitas das vezes não condizentes com a realidade da escola brasileira. Diante de explícita realidade de encontrar adolescentes, jovens no final do ensino fundamental II sem o mínimo de preparação para a nova fase de suas vidas, o ensino médio (e, neste caso são raras as exceções), tenciona-se que tratar do tema do analfabetismo funcional é urgente e necessário. Pode-se comparar esses dados divulgados pelo INAF/2007 com os índices atuais do IBGE, (2010), que mostram uma taxa de analfabetismo funcional, representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais, com menos de quatro anos de estudos completos, estimada em 21% em 2008, contra 21,8% em 2007. Segundo o IBGE, no ano passado, ainda havia 30 milhões de analfabetos funcionais no Brasil.

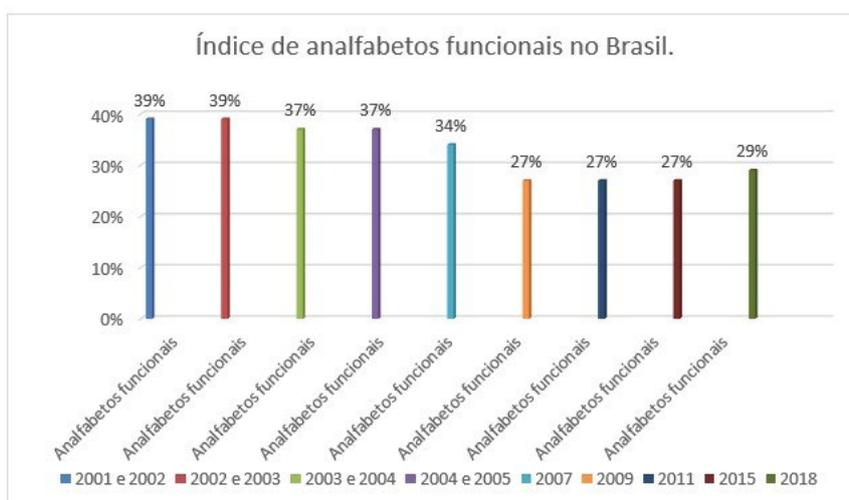
Esses dados não são muito diferentes dos mostrados pelo INAF, que considera não como “analfabetos funcionais” não só os jovens com quatro anos ou menos de escolaridade, mas também os jovens e adultos que frequentaram vários anos de escolarização. Segundo o INAF, os analfabetos e os analfabetos funcionais representam 37% da população brasileira, sem

se considerar os alfabetizados de nível básico (que também somam 37%) Os dados são ainda mais assustadores quando se descobre que somente os atingiram 6% da população de 15 a 65 anos atingiram o alfabetismo de nível pleno. Ou seja, somente um terço dos jovens e adultos brasileiros apresenta capacidade de ler e compreender textos, fazer inferências e relações entre eles e os fatos da realidade os em diferentes situações comunicativas. A pesquisa do IBGE também apresenta muita disparidade entre as regiões brasileiras, sendo a região Nordeste a que tem índice mais preocupantes tanto de analfabetismo completo, quanto de analfabetismo funcional.

Ante essa contextualização inicial acerca da alfabetização funcional, importa esclarecer que a meta 9 do PNE contempla “reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional”. Atenta-se para o fato de que reduzir a taxa de analfabetismo funcional implica, por sua vez, aumentar o número de alfabetizados funcionais.

Dessa forma, os cinco anos de escolaridade escolhidos pelo Inep correspondem aos anos iniciais dessa etapa da educação básica, que é organizada em duas partes pelos sistemas de ensino. Tomando como referencial os cinco anos de estudo e a taxa de analfabetismo funcional registrada na PNAD 2012 de 18,3% da população,34 a meta para 2024 é reduzi-la à metade, portanto, 9,2%.

Gráfico 1 - Analfabetismo funcional no Brasil



Fonte: INAF 2001-2018

Os resultados apontam para uma redução tímida em 17 anos, em relação ao analfabetismo funcional. Analisando os últimos anos temos: em 2009, 27% dos brasileiros eram considerados analfabetos funcionais o mesmo índice se repetiu em 2011 e 2015 e em 2018 29%. Apesar do pequeno aumento, estatisticamente esse movimento é considerado de estabilidade, segundo os coordenadores do Inaf.

Diferentemente de outras pesquisas que medem o analfabetismo na população, o indicador faz entrevistas domiciliares e aplica um teste específico, com questões que envolvem a leitura e interpretação de textos do cotidiano (bilhetes, notícias, gráficos, mapas, anúncios, etc.) e classifica a habilidade em cinco níveis de proficiência.

“A taxa de analfabetismo calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, mostra estagnação do analfabetismo absoluto no País, com 7% das pessoas (11,5 milhões) acima de 15 anos sem saber ler ou escrever. “O indicador tem como objetivo medir o quanto o brasileiro consegue entender e se fazer entendido dentro de uma sociedade letrada”. Infelizmente, estamos estagnados há muitos anos em um pa-

tamar muito preocupante", diz Ana Lucia Lima, coordenadora do Inaf."

Segundo a pesquisa, entre os que terminaram o ensino médio, 13% são analfabetos funcionais e, no ensino superior, eles são 4% do total. A pesquisa mostra ainda um tímido avanço na diminuição de analfabetos funcionais entre os brasileiros mais jovens. Na faixa etária de 15 a 24 anos, estão os melhores resultados, com 12% sendo considerados analfabetos funcionais e 16% proficientes. "Entre os mais jovens temos mais gente que foi à escola por mais anos. Vemos uma melhora, mas ainda não pode ser comemorada porque apenas 16% terminam os estudos com a plena capacidade de se comunicar. Não podemos nos iludir de que isso vai nos fazer uma sociedade mais justa", alerta Ana Lucia.

DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida na escola estadual Maria Almeida do Nascimento que no ano de 1997, através do ato de criação de n.º 7.758 de 10.04.97, publicado no Diário Oficial n.º 28.658/97, foi oficialmente integrada à rede Estadual de Ensino, vinculada diretamente a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC. Atualmente, a escola atende à demanda estudantil distribuídas em 12 turmas do Ensino Fundamental e 10 turmas do Ensino Médio Regular e 02 turmas de Ensino Médio Etapa Única. Essas turmas são atendidas nos três turnos de funcionamento da escola, perfazendo um total de 1.038 alunos devidamente matriculados e divididos da seguinte forma: a) 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental com 525 alunos matriculados; b) 1ª a 3ª Série do Ensino Médio Regular e EJA Etapa única com 513 alunos matriculados, localizada na Estrada Coari Mamiá, S/N, bairro Espírito Santo, Coari-Amazonas, está inserida numa zona de classe baixa, as famílias compõem-se de profissionais liberais, pequenos comerciantes e funcionários públicos.

O perfil socioeconômico é bem diversificado, pois uma parte dos alunos encontra-se em situação de renda mínima. Temos um total de 475 alunos que dependem de programas da bolsa família.

Atende-se atualmente 15 alunos com deficiências – sendo 01 cadeirante e as demais com outras deficiências como: baixa visão, pé congênito, deficiência intelectual e deficiência múltipla. A escola possui uma estrutura física em condições razoáveis para atendimento a aluna cadeirante.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Após aplicação dos instrumentos de pesquisa, já elencados neste projeto, se realizou a fase de análise e tabulação dos dados coletados. Considerando que a pesquisa trouxe como proposta de abordagem de pesquisa o enfoque qualiquantitativo ou método misto. No enfoque qualitativo, se fez análise e confrontos das informações obtidos através dos registros e observações, que foram analisados de forma bem criteriosa, considerando o processo de construção e produção do conhecimento e os percalços que perpassam o espaço em estudo. Por se tratar de algo subjetivo, conceitos, dados abstratos, (ALVARENGA, 2012, p. 101) recomenda que tais resultados sejam apresentados através da descrição das condutas observadas, gestos e outras manifestações percebido no momento da investigação. Conforme a autora acima mencionada,

análise dos dados se faz, também no ato da pesquisa. Nessa compreensão, os resultados dessas técnicas serão apresentados de forma separados.

Análise dos dados

Em Sampieri, Collado, Lucio (2013, p. 419) vamos encontrar o seguinte esclarecimento observação qualitativa não é uma mera contemplação (“sentar-se para ver o mundo e tomar notas”). Implica entramos profundamente em situações sociais e mantermos um papel ativo, assim como uma reflexão permanente, estarmos atentos aos detalhes, acontecimentos, eventos e interações. Outro ensinamento de Sampieri, Collado, Lucio (2013, p. 421).

A pesquisa contou também com a observação da prática pedagógica dos 03 professores que ministram a disciplina de Língua Portuguesa na modalidade de ensino Fundamental II, especificamente na fase do 9º ano, na Escola Estadual Maria Almeida do Nascimento, Coari – AM, no período de junho a novembro de 2019. Todos os professores são graduados em Licenciatura de Língua Portuguesa e com especialização em área diversas, com o tempo de serviço, na profissão, que varia entre 07 (sete) a 34 (trinta e quatro anos).

Resultados integrais da pesquisa

A partir de um diálogo informal com esses profissionais da educação nos potencializaram, a observar que tanto os professores que tem um longo tempo de experiência quanto o mais recentemente formado, são detentores de um rol extenso de observações sobre a realidade escolar, ao mesmo tempo que possuem discursos que enfatizam a “crise” que atravessa a educação no País; e consideram principalmente as diferenças observadas nos padrões e atitudes das crianças e dos jovens, de gerações diferentes frente a aprendizagem e à escola, o que, se por um lado mostra o conhecimento que eles tem dos alunos que chegarão em suas mãos. Desses profissionais da educação 2 (dois) são efetivos e 1 (um) em regime de contrato temporário.

Segundo a professora “A esses alunos sofreram alguma deficiência na aprendizagem até chegar no 9º ano, porque os outros alunos conseguem aprender”. Mediante a esta situação, afirma-se, que além da dificuldade do aluno na interpretação da leitura e de não conseguirem expressarem-se por meio da escrita; para a professora há possibilidade de esses alunos terem problemas psicológicos, traumas que os impedem de avançar no processo ensino aprendizagem.”

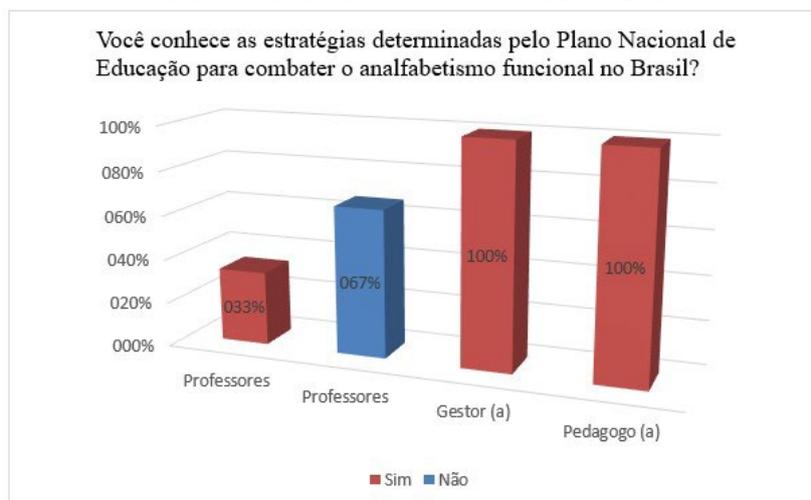
A esse respeito José e Coelho (1996, p. 23) ressaltam que: “Ao educador cabe apenas detectar as dificuldades de aprendizagem que aparecem em sua sala de aula, principalmente nas escolas mais carentes, e investigar as causas de forma ampla, que abranja os aspectos orgânicos, neurológicos, mentais, psicológicos adicionados à problemática ambiental em que a criança vive. Essa postura facilita o encaminhamento da criança a um especialista que, ao tratar da deficiência, tem condições de orientar o professor a lidar com o aluno em salas normais ou, se considerar necessário, de indicar sua transferência para salas especiais”.

De acordo com Demo (2000), “a pedra de toque da qualidade educativa é o professor visto como alguém que aprende a aprender, alguém que pensa, forma-se e informa-se, na perspectiva da transformação do contexto em que atua como profissional da educação”.

Dessa forma, qualificação e formação continuada impactam positivamente na preparação de um docente apto para exercer suas atividades dentro da realidade na qual atuará. Um docente criativo buscará por meio de sua didática e através de atividades significativas e diferenciadas, motivar o aluno para a aprendizagem, levando sempre em conta que cada aluno aprende de uma forma. (FERREIRA, 2010).

Contudo, a meta 9 pretende, ainda, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, até 2024. Todavia, não há nenhuma estratégia para cumprir essa meta. Com alcance de 10 anos, o PNE oferece a Educação Nacional um conjunto de diretrizes e metas balizadoras das políticas educacionais do país. Ou seja, não é um roteiro e sim, uma lei e um instrumento de políticas, diretrizes, ações e metas para nortear toda sociedade brasileira na condução de ações prioritárias.

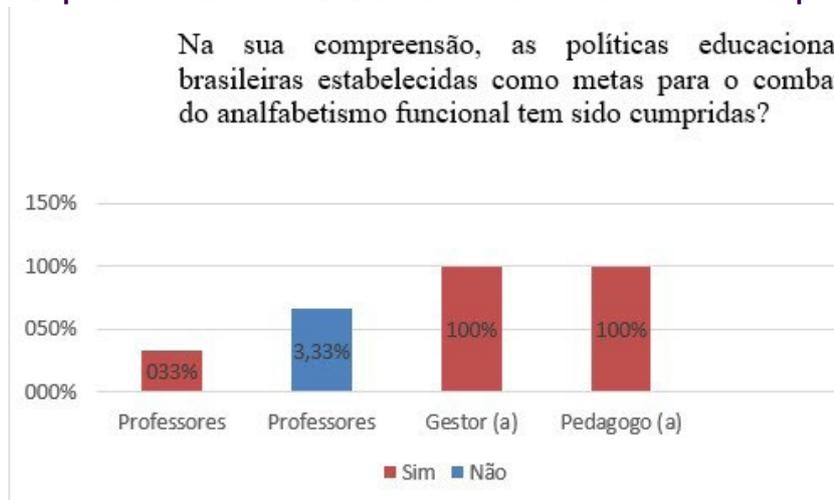
Gráfico 1 - Você conhece as estratégias determinadas pelo Plano Nacional de Educação para combater o analfabetismo funcional no Brasil?



Fonte: Próprio autor – Mestrando em Ciências da Educação – 2019

Baseados nas respostas dos professores no questionário, 33,33% dos professores conhecem as estratégias determinadas no Plano nacional de educação no combate do analfabetismo funcional no Brasil, enquanto que os outros 66,67% desconhecem essas estratégias, a gestora e a pedagoga também afirmam que conhecem. O Plano Nacional de Educação é a política pública mais atual e tem como objetivo a melhoria da educação. Está amparada na Constituição Federal e visa efetivar os deveres do Estado em relação à educação. Contudo, a meta 9 pretende, ainda, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional, até 2024.

Gráfico 2 – Na sua compreensão, as políticas educacionais brasileiras estabelecidas como metas para o combate do analfabetismo funcional têm sido cumpridas?



Fonte: Próprio autor Fonte: – Mestrando em Ciências da Educação – 2019

De acordo com a gestora e a pedagoga acreditam que sim, mas os professores divergem em suas respostas pois, 33,33% afirmam que sim e 66,67% afirmam que não e defendem sua afirmação dizendo que ainda encontram vários adolescentes chegando no ensino fundamental II, especificamente no 9º ano, com problemas seríssimos de leitura e interpretação textual. A maioria dos professores declara que as leis ditas “perfeitas” existem somente nos papéis, pois o Estado nunca deu condições necessárias para que as leis de políticas educacionais fossem realmente implantadas de fato e direito. Os resultados alcançados apontam para uma relação de extrema desconfiança dos docentes com a política educacional do PNE.

De acordo com (DELGADO, 201, p.3):

[...] a construção de uma nova cultura escolar, com outras práticas, normas e concepções, não depende apenas de mudanças legais, mas, sobretudo, da criação de condições efetivas para tal, o que incide em alterações das condições de trabalho oferecidas ao professor, estrutura da escola e preparo técnico e pedagógico aos docentes.

Logo, as metas previstas no Plano Nacional de Educação têm, ou pelo menos pretendem ter suas raízes fincadas na escola pública, até porque, não se faz educação sem as escolas, sem os professores. Daí porque há necessidade da escola se apoderar de tal instrumental, realizando aquilo que é de sua competência e cobrando dos gestores a sua efetiva implementação. Este é o plano ideal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretende defender nem condenar as ações governamentais, mais sim, refletir sobre seus limites e possibilidades, fazendo análise de alguns aspectos das ações educacionais voltadas para o analfabetismo funcional.

Na Seção I do Capítulo III da Constituição Federal de 1988, intitulada “Da Educação no artigo 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – garantia do padrão de qualidade. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1997, p. 108).

No artigo 208 da Constituição estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurado inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. A lei n. 8913, de 12-7-1994, dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997, p. 108-109).

Em se tratando das políticas educacionais socioeconômicas, a história ensina, para que um país supere o analfabetismo são necessárias três estratégias: programas de escolarização, uma educação básica de qualidade e condições sociais adequadas.

Especificamente, a juventude é a fase mais marcada por contradições de elementos de emancipação e subordinação sempre em choque e negociação. Tanto o adulto quanto o adolescente analfabeto defrontam-se com a sociedade letrada e necessitam de, no mínimo, saber enfrentar a tecnologia da comunicação para que, como cidadão, saiba lutar por seus direitos, pois ao contrário, torna-se vítima de um sistema excludente e pensado para poucos.

Garantir os direitos em leis e não proporcionar através de metas, objetivos, estratégias

e recursos para que se realize de fato o que se estabelece em lei, se torna cada vez mais difícil, pois são vários os motivos que levam ao aumento do analfabetismo no país, o mesmo pode estar na má qualidade do ensino, na compreensão dos educadores em entender e se adequar as necessidades em que cada aluno se encontra, a obrigação com o trabalho, entre tantos outros fatores adversos e que afetam diretamente tanto a economia, como a sociedade.

Para superar essa discrepância entre os ambientes familiar e escolar, é necessário conhecer os tipos de envolvimento entre pais e escola e estabelecer estratégias que permitam a concretização de objetivos comuns.

No que tange a escola como instituição social ela possui suas políticas com metas, objetivos e estratégias pautadas no seu Projeto político pedagógico Institucional, mas mais do que estabelecer metas e estratégias para superar seus problemas, faz-se necessário que se busque condições para serem postas em prática, com o intuito de empregar e reelaborar os conhecimentos socialmente produzidos.

Portanto, temos um grande desafio a ser alcançado, este se dará no processo coletivo, e o processo que é coletivo exigirá, fundamentalmente, disposição para compreender que todos fazem parte de uma unidade nacional para que o país avance em qualidade com equidade, com foco no direito de cada cidadão. Resta evidente que as políticas educacionais tenha um impacto significativo junto à escola pública, pois é nela que se projetam as mudanças para se alcançar os objetivos e metas traçados. Faz-se necessário entender que deve haver o efetivo comprometimento de todos – Estado, Família e Escola para a melhoria da educação e a implementação das políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda. Metodologia de Investigação Científica. Normas técnicas de apresentação de trabalho científico. 2ª edición-1ª Reimpesión. Assunção, Paraguai, 2012

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.V.56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BRASIL, C.C. História da alfabetização de adulto: de 1960 até os dias de hoje. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Acesso em: 1 nov.2014.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. - 16ª ed., atual. e amp. – São Paulo: Saraiva, 1997. - (Coleção Saraiva de legislação).

CASTELL, S; LUKE, A. e MACLENNAN. "On defining literacy". In: CASTELL, S. LUKE, A. e EGAN. K. (eds.). Literacy, Society and Schooling: A reader. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

DELGADO, Adriana Patrício. O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem. Espaço do Currículo, v. 4, n. 2, p.162-171,nov/2019. Disponível em:

DEMO, P. Educação pelo avesso: Assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Célia Regina Delácio. Leitura, literatura infanto-juvenil e educação. Londrina: EDUEL. 2010

FOUCAMBERT, J. A leitura em questão. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FLECHA, Ramón *et al.* Estudi sobre l'analfabetisme funcional a Catalunya. Barcelona, Generalitat de Catalunya, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MARTINS, A. M.; WERLE, F. O. C. (Orgs). Políticas educacionais: elementos para reflexão. Porto Alegre: Redes Editora, 2010, PP.21-47.

MOREIRA, Daniel Augusto. Analfabetismo funcional: O mal nosso de cada dia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

SAMPIERI, H. Roberto; COLLADO, Fernandez de Carlos, LUCIO. B. del Maria, *Metodologia de Pesquisa*. Graw Hill, 5ª ed. p.419. 2013

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.